

## LEITURAS DO PASSADO E DISPUTAS DE MEMÓRIA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO VALE DO PARAÍBA

Iohana Brito de Freitas – PUC-Rio – CAPES<sup>1</sup>

Em dezembro de 2016, uma reportagem de *The Intercept Brasil* denunciou a prática de encenação dos tempos de escravidão, que permitia que turistas fossem servidos por pessoas negras vestidas como escravas sem qualquer abordagem crítica durante visita à Fazenda Santa Eufrásia, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio de Janeiro, em Vassouras/ RJ<sup>2</sup>. A situação foi objeto de investigação no Ministério Público Federal (Inquérito Civil Público nº1.30.010.000001/201705), que apurou a violação de direitos fundamentais na programação turística da Fazenda Santa Eufrásia, bem como a possível violação ao patrimônio histórico, tendo em vista a sua finalidade de educação e reparação simbólica de violações de direitos perpetradas no local em tempos passados.<sup>3</sup>

Não podemos creditar, no entanto, exclusividade ou ineditismo à Fazenda Santa Eufrásia pela prática de explorar comercialmente o espaço da fazenda e seus passados possíveis, sob a chancela do *histórico*. A propriedade integra um circuito de mais de vinte fazendas do Vale do Café abertas à visitação, onde, de acordo com os receptivos turísticos e sites da região, “é possível fazer uma viagem até o tempo em que os barões ostentavam poder e riqueza”, “respirar os ares do império” e “se encantar com as histórias”<sup>4</sup>. Dentre os passados possíveis, opta-se, na maioria das vezes, pela recordação da opulência da economia cafeeira, da promoção das estradas de ferro, dos belos jardins e luxo ostentado pelos senhores, personificados em guias vestidos de barão ou baronesa. Relega-se aos escravizados que viveram e cultivaram o café nas fazendas, apenas vestígios da opressão materializados em ruínas de senzalas, equipamentos de tortura e narrativas de busca a escravos fujões.

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutoranda em História Social da Cultura na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: iohanamail@gmail.com.

<sup>2</sup> Ver reportagem de Cecília Olliveira: Turistas podem ser escravocratas por um dia em Fazenda “sem racismo”. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/12/06/turistas-podem-ser-escravocratas-por-um-dia-em-fazenda-sem-racismo/>. Publicado em: 06/12/2016. Acessado em: 19/05/2017.

<sup>3</sup> Como desdobramento do inquérito, em maio de 2017, foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proibindo a continuidade das encenações e pontuando algumas medidas reparatórias, com o objetivo de assegurar o reconhecimento da história e cultura negra e combater o silenciamento dos efeitos da escravidão de pessoas no Brasil, em especial na região do Vale do Café, no Estado do Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> O Vale do Café é uma denominação turística para a região do Médio Paraíba Fluminense, que abrange os municípios de Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda. O “circuito” é divulgado em sites como: [http://www.portalvaledocafe.com.br/fazendas\\_historicas.asp](http://www.portalvaledocafe.com.br/fazendas_historicas.asp); <http://valedocafe.com.br/>; <http://www.trilhaseaventuras.com.br/circuito-das-fazendas-historicas-do-vale-do-cafe-rj/>.

Ressignificadas, as casas sede das fazendas dão lugar a Museus Casas<sup>5</sup>, deixando entrever para além de uma coleção de objetos do século XIX e início do XX, traços sociais e simbólicos que *re-presentificam*, como afirma Fernando Catroga (2015), as relações sociais de outrora. Arquivos ilustrados das relações de poder, estes museus nos contam sobre a história de suas propriedades, e também das relações humanas com estes espaços vividos. Possibilitam pensar a construção de leituras do passado permeadas por estratégias de consolidação e/ou disputas de sentidos que hoje (re)afirmam identidades e (re)definem patrimônios culturais.

Vale destacar que no Vale do Paraíba a escravidão enquanto instituição manteve até tardiamente sua vitalidade. Nas décadas finais do século XIX a maior concentração de africanos e descendentes escravizados estava na economia cafeeira. Como observam Hebe Mattos e Ana Lugão Rios, ainda antes da abolição uma das preocupações centrais dos senhores era a possibilidade dos escravos deixarem as fazendas nos quais foram cativos. Dentre as estratégias senhoriais para evitar este abandono estava a de procurar ligá-los a si e às fazendas por laços de gratidão, antecipando-se à abolição e concedendo alforrias em massa. Contavam também com a característica local de grande parte dos escravos estarem ligados entre si por extensas redes de parentesco, de por vezes até três gerações em uma mesma fazenda, o que dificultava sua mobilidade. Assim, no pós-abolição, boa parte dos libertos optou pela permanência na região em que já eram conhecidos e nas quais já contavam com uma rede de parentes e amigos. Será neste contexto de disputas entre a manutenção e instituição de novas práticas, que as memórias da escravidão e os sentidos da liberdade serão construídos e darão forma a demandas por inclusão, ou cidadania, perseguidas pela última geração de escravos e por seus filhos e netos (MATTOS & RIOS, 2004: 178-180).

À medida que a lembrança da escravidão se desloca da memória coletiva para a memória histórica (HALBWACHS, 2003), assume diferentes formas em espaços públicos, narrativas, monumentos e museus, deixando entrever importantes disputas políticas em torno da recuperação da memória. Como afirma Ana Lucia Araújo,

*Collective memory becomes public when it is transformed into a political instrument to build, assert, and reinforce identities of these groups. In other words, collective memory is not related to individual recollection of personal experiences and events, but is about the way the past of a group is lived again in the present – the way a group associates its common remembrances with historical events or with a set of historical events.* (ARAÚJO, 2012:02)

---

<sup>5</sup> A identificação destes espaços como Museus Casas seguiu a listagem do ICOM (International Council of Museums), de acordo com o trabalho organizado por Ana Cristina Carvalho - Museus-Casas Históricas no Brasil - 2013.

Ao abrir novamente as portas da Casa Grande, agora Museu Casa, (re) constroem-se memórias e afloram disputas simbólicas que se tecem no processo de afirmação de identidades e de patrimônios. E o TAC assinado pela Fazenda Santa Eufrásia em maio de 2017 deve ser compreendido neste contexto.

Memória pública e privada interagem e se formam em simultâneo. Note que não se trata de uma dialética entre memórias puras, originárias, e sim de uma pluralidade de memórias tecidas de forma relacional no seio de um horizonte comum, não consensual, que permite o reconhecimento e a compartilha. A recordação, enquanto presente-passado, unifica os diversos tempos sociais em que comparticipa, enraizando horizontes de expectativas em campos de experiência e possibilitando organizar, à luz do passado, o percurso como projeto.

Recordar e esquecer moldam e articulam, assim, a representação de passados-presentes possíveis que acionam a história como saber e refundam a memória histórica. Vale ressaltar que as identidades culturais não estão alicerçadas na “recuperação do passado” e sim nas diferentes maneiras que nos posicionam, e pelas quais nos posicionamos, nas narrativas do passado (HALL, 1996). Deve-se atentar que a esfera social é viva, pulsante e em constante mudança, e as representações são apenas o referente estático do que se encontra em constante movimento.

O uso de leituras de passado como argumentos legitimadores de interesses do presente-futuro configuram assim utilidade político-ideológica. Em um mundo marcado pela construção de um futuro que começa agora, expandindo o presente, o passado produz a ressignificação do próprio presente (HARTOG, 2015). E a apropriação turística do *histórico* é uma das expressões desse domínio. Recorre-se às memórias coletivas seja para valorizá-las como herança atualizada à luz de novas ideias, seja para enraizamento de antigos valores, desenvolvendo nos indivíduos o sentimento de pertença a uma dada comunidade política. Não se trata do “uso passadista do passado, mas a exploração da sua mais-valia como arma de legitimação de um regime de tempo de cariz prospectivo” (CATROGA, 2015:82).

Neste sentido, compreender como as relações sociais oitocentistas são representadas no universo museal do Médio Paraíba fluminense implica no diálogo com representações atuais, construções simbólicas e leituras do passado possíveis por seus diferentes sujeitos sociais. O museu possui, pois, dupla personalidade: “sua vocação de fazer história e seu pertencer à história” (SANTOS, 2009:115). Dialoga diretamente com a ideia de patrimônio como construção social e discursiva, que se expressa a partir de sujeitos, lugares, interesses, estratégias e suportes diferenciados e, como tal, revela-se como itinerários simbólicos que

produzem relações de poder, saber, identidades, linguagens e práticas sociais. O patrimônio enquanto categoria de pensamento sujeita a construções históricas, resultante de processos contínuos de transformação, é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar, mas também "para agir", isto é, constrói, forma as pessoas (GONÇALVES, 2003:23-27).

Deste modo, nas fazendas do Vale do Café fluminense muitas narrativas e olhares se cruzam e dialogam. Pensar os itinerários e estratégias de consolidação e/ou disputas de sentidos como chave para a compreensão das representações sociais e de produção de bens patrimoniais nos espaços destas fazendas pressupõe então compreender os processos de memorialização da escravidão, os quais dão voz a (ou silenciam) relações sociais marcadas pela desigualdade, por resistências e negociações. Museu e patrimônio moldam então práticas interpretativas e operam na reformulação de sensibilidades históricas.

### **Bibliografia:**

- ARAÚJO, Ana Lucia (org). *Politics of Memory: Making Slavery Visible in the Public Space* (Routledge Studies in Cultural History). New York, London: Routledge, 2012.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015. (Coleção FGV de bolso. Série História).
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: Chagas, Mario e Abreu, Regina (org). *Memória e Patrimônio*. DP&A editora, Unirio, Faperj, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2003.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 24, 1996. pp.68-75
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015 (Coleção História e Historiografia).
- MATTOS, Hebe Maria & RIOS, Ana Maria Lugão. A pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *TOPOI*, v.5, n.8, jan.-jun.2004, pp.170-198.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Museu Imperial: a construção do Império pela República*. In: Regina Abreu, Mário Chagas (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 2 ed. p.115-135.